

NOTA DE ABERTURA

O PAPEL E IMPORTÂNCIA DO RETALHO INDEPENDENTE

O peso do sector do comércio na economia é, como se sabe, elevado. O comércio destaca-se na economia portuguesa entre os vários ramos das actividades de serviços, desde logo pelo seu contributo para o VAB – O comércio é responsável por cerca de 15% para o VAB nacional. Representa cerca de 38% do volume de negócios global das empresas não financeiras do país.

Existem cerca de 200 mil empresa no comércio que empregam mais de de 700 mil activos. Considerando o peso do pessoal ao serviço nas empresas o peso do emprego no comércio é de 18% face ao emprego total. A sua distribuição por dimensão da empresa, revela que, metade dos trabalhadores do comércio cerca de 350 mil pessoas, desenvolvía a sua atividade profissional numa empresa com menos de 10 trabalhadores;

e apenas 18,5% trabalha numa grande empresa (mais de 250 trabalhadores).

Uma das fragilidades do sector, a par da sua excessiva pulverização, é a estrutura das qualificações de activos e empresários. O setor do comércio, caracteriza-se por uma estrutura de pessoal ainda com baixas qualificações, já que quase metade (47,7%) dos seus trabalhadores possui apenas o ensino Básico, 35,8% o ensino secundário e apenas 12,5% possui uma licenciatura. A estrutura de qualificações dos empresários é ainda mais baixa com uma proporção significativa de empresários apenas com o ensino básico.

Em parte, a baixa qualificação dos nossos empresários explica que, se, por um lado, o comércio português integra das empresas mais dinâmicas e sofisticadas do mercado, integra também um vasto conjunto de empresas que por razões diversas, se defrontam com dificuldades de reconversão para fazer face às novas exigências do mercado, desde as eventuais dificuldades de escala associadas à sua pequena dimensão, às lacunas de competências digitais às dificuldades de acesso ao financiamento adequado, entre outras.

Diversas dinâmicas em curso interferem já e condicionarão, de forma significativa, as tendências de evolução futura das várias actividades de comércio. Para perceber as tendências do sector, é importante identificar que estas decorrem sobretudo de “drivers” como a conjuntura económica nacional e internacional, as alterações demográficas, mas sobretudo, as inovações tecnológicas e o uso do e-commerce, assim como os novos mecanismos de consumo a estas associados. Estes macro factores levaram a uma mudança estrutural nos mecanismos de consumo e fazem já notar importantes consequências no ajustamento das empresas de comércio.

Uma das tendências mais relevantes a médio prazo é sem dúvida a **demografia**. O efeito cumulativo do

aumento da longevidade e a diminuição da taxa de natalidade ao longo de várias décadas, alterou o perfil demográfico da população portuguesa, verificando-se um progressivo envelhecimento da sociedade portuguesa. Obviamente que esta tendência tem profundos reflexos na estruturação de um conjunto de políticas (protecção social, saúde, educação, etc) na estrutura do mercado de trabalho, e também de um modo significativo na forma como o sector do comércio se posiciona quer em termos de localização, de dimensão de lojas e do que vende. Não é por isso de estranhar, que, por exemplo, se assista ao acentuar da expansão dos supermercados de média/pequena dimensão, em parte, por via de regimes de franchising ou similares, posicionando-se estas lojas como lojas de proximidade.

- Outra forte condicionante é a **alteração dos padrões de consumo**. A estrutura de gastos das famílias é hoje claramente distinta da verificada nos finais do século passado, mas as grandes diferenças situam-se no e como se consome. Há uma enorme pressão a nível europeu e em Portugal no sentido da alteração de padrões de venda e consumo por questões ambientais ou de saúde. Não é por isso de estranhar que, por exemplo, estejam em cima da mesa um conjunto de diplomas visando a proibição ou redução de utensílios de plástico, nomeadamente no comércio e restauração, ou os trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos para a diminuição do sal e açúcar na restauração.

As grandes alterações na escolha dos produtos são e serão assim marcadas por uma associação crescente entre **consumo e sustentabilidade** e **consumo e saúde**. A evolução mais ou menos rápida na escolha de produtos “mais saudáveis” (por exemplo os iogurtes Bio aumentaram 44% nos últimos 2 anos) ou “mais amigos do ambiente” dependerá essencialmente da dinâmica legislativa, principalmente europeia, mas igualmente do poder de compra e do preço já que, na generalidade das situações, ainda não há sucedâneos com preço equivalente.

O ordenamento do território e as características dos meios urbanos, são outro “driver” que influencia claramente o sector do comércio.

O comércio de rua sofreu durante as últimas décadas um impacto muito significativo da degradação das nossas cidades, principalmente, ao nível dos centros históricos, consequência de um conjunto de factores, designadamente, a criação de novas centralidades, o aparecimento dos grandes centros comerciais, mas conhece hoje claramente um novo fôlego. Um reforço dos valores da proximidade, em parte, ditada pelo envelhecimento da população, a aceleração do e-commerce, processos de regeneração urbana bem sucedidos e também o aparecimento de novas dinâmicas associadas ao turismo, conduzem, em nosso entender a uma nova dinâmica no sector.

Com efeito, é já claro o “rejuvenescimento” do comércio de rua, beneficiando quer da modernização do pequeno comércio, com o aparecimento de novas realidades e conceitos, do aprofundamento das redes de franquia - pelo aparecimento de novas marcas ou pelo crescimento das redes já existentes, aprofundamento de parcerias, e também de uma articulação mais frutuosa entre comércio e serviços pessoais, com destaque para a restauração, mas essencialmente beneficiando de uma maior apetência dos consumidores pela rua e por novos hábitos. “**Ter tudo o que preciso**” e “**ser fácil e rápido**” são hoje os 2 grandes atributos na escolha das lojas pelos consumidores.

E as grandes questões para o futuro prendem-se com a forma como se articularam estas realidades – um número muito significativo de m² de unidades de grupos da designada grande distribuição e uma densidade comercial de centros comerciais muito elevada – com as novas dinâmicas do comércio de rua aliadas às condicionantes já referidas, e o crescente recurso as TIC’s e ao comércio electrónico.

Alguns Dados

- Cerca de 75% dos portugueses utilizaram a Internet nos últimos 3 meses de 2018;
- Cerca de 36% dos Portugueses fez compras na internet em 2018;
- Os valores do comércio eletrónico B2C em Portugal alcançaram os 4,9 mil milhões de euros em 2018; Estima-se que em 2025 este valor chegue aos 9 mil milhões de euros;
- 90% dos portugueses recorre a sites estrangeiros para compras online

No entanto as empresas portuguesas estão ainda longe de aproveitar todas as potencialidades do uso das TIC's como um conjunto de indicadores vem revelando, nomeadamente por comparação com os restantes países da UE.

Mais do que os dados estatísticos, a percepção das empresas quanto aos principais fatores competitivos pode revelar-se um problema. Num estudo que estamos a desenvolver os dados que recolhemos sobre a forma como os empresários se posicionam face à importância de alguns domínios para reforçar a competitividade das respetivas empresas no curto e médio prazo (1/ 3 anos), não valorizam, em nosso entender, de forma suficiente as potencialidades das TIC's o que exige alguma atenção e eventualmente políticas públicas mais orientadas para a importância das TIC's no desenvolvimento dos negócios.

As implicações da crescente utilização das TICs são inúmeras, mas vale a pena centrarmo-nos essencialmente em dois ou três aspectos.

- ⇒ Em termos de comércio electrónico, os dados mais recentes¹ apontam para uma duplicação da percentagem de portugueses que em 2025 farão compras online. A evolução dos produtos comprados online também é significativa. Aos produtos “já tradicionais” no online como os livros, bilhetes de transporte ou espetáculos e viagens, junta-se o vestuário e os produtos para o lar a crescerem significativamente.
- ⇒ Mas talvez a tendência mais interessante seja a capacidade revelada pelas empresas de extrair benefícios da complementaridade que se verifica entre o canal físico e o online. Esta integração permite, desde logo, aumentar o conhecimento que se tem dos clientes, ponto fundamental em qualquer estratégia empresarial. Vários estudos apontam que a capacidade de reter clientes mais do que duplica com a utilização de vários canais de venda.
- ⇒ A utilização de novas tecnologias trará também alterações ao nível dos meios de pagamento mesmo nas lojas físicas. Estudos apontam para que em 2020, 90% dos consumidores terão feito pelo menos um pagamento em loja através do smartphone móvel.
- ⇒ Crescente utilização das novas tecnologias que permitem às empresas ganhos importantes de eficiência, um maior controlo do negócio e mesmo uma capacidade acrescida de centralização da gestão das suas lojas. Portugal está relativamente bem posicionada face aos seus congéneres europeus na utilização de meios electrónicos ao nível dos negócios, nomeadamente na utilização de aplicações para integração dos processos de negócio internos à empresa. Portugal apresenta ainda um rácio superior ao da União Europeia na troca automática de documentos com clientes ou fornecedores.

ALGUMAS TENDÊNCIAS E SÍNTESE FINAL

- Continuação da expansão dos supermercados de média /pequena dimensão, em parte, por via de regimes de franchising ou semelhantes, acentuando-se o posicionamento destas lojas como lojas de proximidade; Acontece no alimentar mas também no não alimentar por exemplo, a FNAC que tem vindo a reposicionar-se em matéria de localização, dimensão e mix de produtos.
- Continuação da expansão das superfícies especializadas, pelo que será de esperar que nomeadamente os grandes grupos presentes em Portugal continuem as apostas em áreas como livrarias/papelarias, os espaços saúde, novas insígnias na área do vestuário etc..
- Mas também assistiremos a um maior número de processos de cooperação ditados em grande medida por questões logísticas, expansão da rede e comércio electrónico, redução de custos etc. (parceria Sonae CTT);
- Desenvolvimento de processos de concentração (fusão, aquisição e integração). O grupo Adeo, por exemplo, concluiu o processo de convergência entre o AKI e a Leroy Merlin, optando pela fusão das duas marcas para se ajustar às novas dinâmicas de mercado
 - Por exemplo no sector do vestuário a dinâmica de mercado alterou-se significativamente quer pelo facto dos grupos da distribuição alimentar expandirem as suas áreas de negócio (de que é exemplo o Lidl que claramente reforçou a sua aposta no vestuário, não só com marcas já tradicionais, como a marca ESMARA, mas com efectivas coleções de roupa para todos os segmentos apostando em parcerias com estilistas) quer pelo reforço de cadeias especializadas de que são exemplo a Zara e a H&M.
- Maior selectividade nas estratégias de consumo e consequente escrutínio da proposta de valor (preço/qualidade) consequência da estagnação do crescimento do rendimento disponível;
 - Forte integração entre as vertentes de serviço e venda;
 - Mobilização de diferentes canais de vendas (lojas físicas e canais *on-line*) nas actividades comerciais;
 - Automatização das operações de venda e, por essa via, introdução de modelos de negócio diferenciados; Veja-se o exemplo da AMAZONE que já começou a introduzir lojas sem pessoas.
 - Ao nível do pequeno comércio, o sector do comércio e também os serviços continuarão a ser os sectores mais dinâmicos ao nível da criação de novas empresas, lojas e conceitos novos. Os negócios serão também mais voláteis diminuindo a “esperança média de vida” das empresas do comércio.

Tudo isto gerará inevitáveis alterações ao nível do emprego, nomeadamente no comércio.

As tendências apontadas, principalmente ao nível da reanimação do comércio de rua e as potencialidades do e-commerce, porque esbatem dimensões, constituem uma nova oportunidade para o pequeno comércio e muitos serviços, desde que se resolvam alguns constrangimentos (como o actual regime de arrendamento) e se adoptem as políticas públicas adequadas.

Sem pretendermos ser exaustivos referem-se as seguintes:

Uma maior e melhor aposta na qualificação de gestores e empresários do sector e elevar o nível de competências a utilizar pelo comércio (em particular no domínio da envolvente empresarial) atraindo novas gerações para o sector.

O desenvolvimento de políticas que contribuam para aumentar o valor acrescentado produzido pelo sector, através da valorização os factores imateriais de competitividade e apostando na capacidade de diferenciação.

Uma maior articulação entre as iniciativas visando a regeneração urbana e a dinamização das actividades empresariais.

Uma forte aposta na utilização das TIC's

Em conclusão, estamos convictos que com as políticas adequadas se podem alavancar as dinâmicas em curso, contribuindo para um sector de comércio e serviços diversificado e sustentável que concilie as diferentes realidades que compõem o nosso tecido empresarial.

I - SITUAÇÃO INTERNACIONAL

1. No contexto do abrandamento da economia mundial a que se assistiu ao longo de 2018 e particularmente no 2º semestre, os vários organismos internacionais não só reviram em baixa o crescimento do PIB mundial em 2018, como perspectivaram a manutenção dessa tendência em 2019. Assim, no caso das projecções do FMI divulgadas em Abril último, depois de um crescimento de 3,6% (-0,3 pontos percentuais – p.p. – que nas anteriores projecções) da economia mundial em 2018, é estimado um crescimento de 3,3% para 2019 (-0,2 p.p. que nas projecções de Janeiro) e de 3,6% para 2020. É de salientar a revisão em baixa no crescimento em 2019 dos EUA, para 2,3% (-0,2 p.p.) e da Zona Euro, para 1,3% (-0,3 p.p.), destacando-se em particular a revisão em baixa para o crescimento de 0,8% na Alemanha (-0,5 p.p.), para 0,1% em Itália (-0,5 p.p.), para 1,2% no Reino Unido (-0,3 p.p.), para 1,3% em França (-0,2 p.p.) e para 2,1% em Espanha (-0,1 p.p.). Para Portugal o FMI reviu o crescimento para 1,7% em 2019 (-0,1 p.p.) e para 1,5% em 2020.

Para o crescimento do comércio mundial de bens e serviços as projecções do FMI foram de 3,4% em 2019 e de 3,9% para 2020 (-0,6 p.p. e -0,1 p.p. que nas anteriores projecções), estimando para as economias avançadas um crescimento de 3% nas importações (-1,1 p.p.) e de 2,7% nas exportações (-0,2 p.p.).

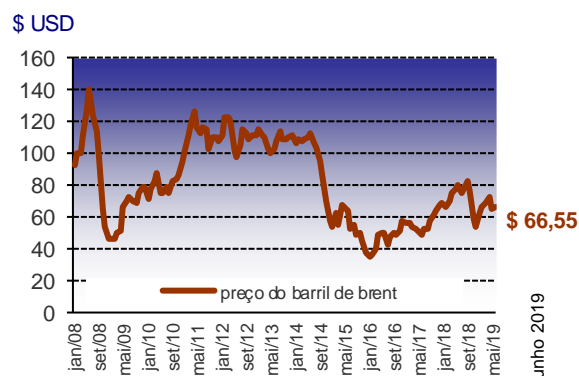
2. A par da desaceleração da economia mundial, na UE e na Zona Euro manteve-se o ritmo de crescimento do PIB nos primeiros meses de 2019: de acordo com os dados do Eurostat a variação homóloga trimestral do PIB no 1º trimestre de 2019 foi de 1,5% na UE e de 1,2% na Zona Euro, coincidentes com as variações ocorridas no 4º trimestre de 2018. No mesmo sentido também a evolução do emprego estabilizou, com um crescimento homólogo no primeiro trimestre do ano de 1,2% na UE e de 1,3% na Zona Euro, também coincidentes com as variações no último trimestre de 2018. O desemprego manteve ainda a sua trajectória descendente, chegando a Maio de 2019 com uma taxa de desemprego de 6,3% na UE, e de 7,5% na Zona Euro (comparam com taxas de 6,9% e 8,3%, em Maio de 2018, respectivamente).

A inflação anual ao longo da primeira metade de 2019 tanto na UE como na Zona Euro, tem tido flutuações nos diferentes meses, embora, face aos registos dos meses homólogos em 2018, evidencie uma desaceleração no crescimento dos preços. Em Maio em ambos os casos ocorreu uma desaceleração, tendo a inflação sido de 1,6% na UE e de 1,2% na Zona Euro, abaixo dos 2% a que ambas ascenderam em Maio de 2018 (-0,3 p.p. e -0,5 p.p., face a Abril de 2019, respectivamente). Em Maio, a inflação mais elevada nos países da UE continuou a registar-se na Roménia com uma inflação anual de 4,4% e a mais baixa registou-se no Chipre, com uma inflação de 0,2%.

Apesar do crescimento real do PIB na Zona Euro ter sido mais forte do que o esperado no primeiro trimestre do corrente ano, as projecções de Junho, do Eurosistema, divulgadas pelo BCE, perspectivam a continuação do abrandamento económico traduzido numa variação anual do PIB, de 1,2% para 2019 e de 1,4% para 2020 (+0,1 p.p. e -0,2 p.p. que as projecções de Março, respectivamente). A actual fraqueza do comércio mundial num enquadramento de persistentes incertezas a nível mundial, como as ameaças de um aumento do protecçãoismo e a possibilidade de um Brexit desordenado, condiciona fortemente as expectativas dos agentes económicos na Europa, travando o crescimento na Zona Euro. As projecções continuam a assentar nos pressupostos de que se manterão a orientação monetária muito acomodatória do BCE, uma ligeiramente menor restritividade orçamental, uma taxa de câmbio efectiva do euro mais fraca e taxas de juro mais reduzidas. A projecção para a variação do Índice Harmonizado de preços na Zona Euro é de 1,3% para o corrente ano de 2019.

3. No que se refere ao preço das matérias-primas, as projecções do Eurosistema assentam numa previsível descida ligeira no preço do petróleo de -4,2% em 2019 e de -3,4% em 2020. Para o preço das matérias-primas não energéticas perspectivam também uma ligeira descida em 2019, de -3,4%, para retomar uma ligeira recuperação, de 3,9%, em 2020.

Evolução mensal do preço do Petróleo



Fonte: Investing.com

II - ECONOMIA PORTUGUESA

Produto, Procura Interna e Procura Externa

O crescimento da economia portuguesa no 1º trimestre do corrente ano foi de 1,8%, semelhante ao do trimestre anterior (1,7%), mas mais moderado do que no 1º trimestre de 2018 (2,3%). O crescimento da procura interna voltou a acelerar para 4,7%, assim aumentando para 4,8 pontos percentuais (p.p.) o seu contributo para o crescimento do PIB, aceleração que resultou sobretudo do maior crescimento registado no Investimento. A contrariar o impulso da procura interna, a procura externa líquida teve um contributo ainda mais negativo que nos trimestres anteriores para a variação homóloga do PIB, de -3,1 p.p., em resultado de um crescimento das importações de 9,4%, muito superior ao crescimento observado nas exportações, de 3,4%.

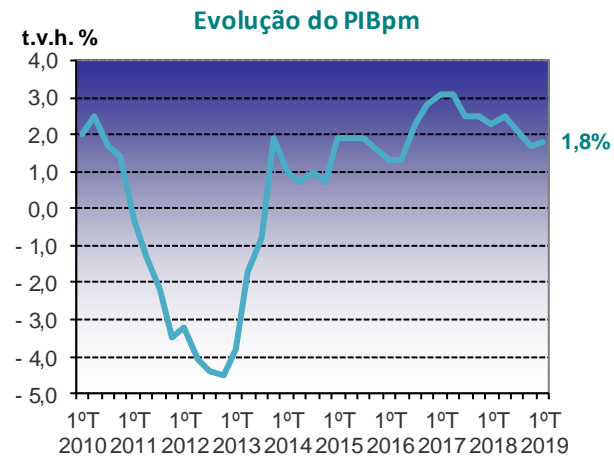
Do lado da procura interna, o consumo manteve no primeiro trimestre do ano uma evolução semelhante à dos trimestres anteriores, com o crescimento do consumo privado, de 2,5%, a registar uma ligeira desaceleração face ao último trimestre de 2018 (2,9%), mas ainda acima do aumento verificado no 1º trimestre de 2018 (2,3%); e o consumo público a desacelerar para 0,4% (compara com 0,7% no 4º trimestre de 2018 e com 0,9% no trimestre homólogo). Ainda de referir que a ligeira desaceleração do consumo das famílias foi comum tanto ao consumo dos bens duradouros como ao consumo de bens não duradouros e de serviços.

Conforme já mencionado o crescimento do investimento, de 17,8%, foi o que mais contribuiu para o dinamismo da procura interna (compara com variações homólogas de 7,4% no último trimestre de 2018 e com 5,4% no 1ºT2018), e resultou sobretudo do aumento verificado na formação bruta de capital fixo (FBCF) da Construção (de 12,4%) e na FBCF em Outras máquinas e Equipamentos (de 16,8%). O aumento da FBCF em Equipamento de Transporte foi de 5%.

Do lado da procura externa, a aceleração do crescimento das exportações para 3,4% (face a 0,6% no 4º trimestre de 2018 e a 4,5% no trimestre homólogo) ficou aquém da aceleração registada no crescimento das importações, para 9,4% (compara com 3,8% no trimestre anterior e com 5% no 1º trimestre de 2018).

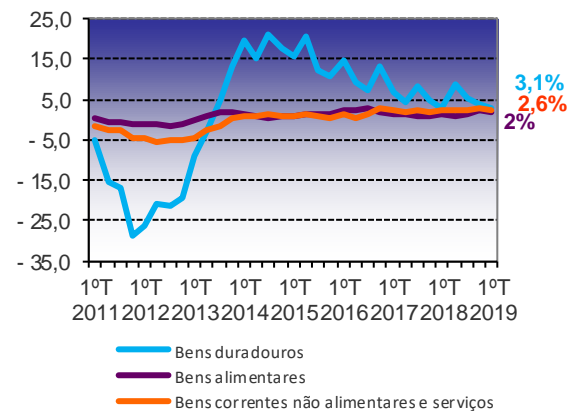
De salientar que a melhoria registada no crescimento das exportações foi visível tanto nas exportações de bens, como nas exportações de serviços, embora nas de bens o ritmo de crescimento, 2,8%, esteja ainda aquém daquele que se registava no 1º trimestre de 2018 (4,4%). O aumento das exportações de serviços, de 5%, melhorou face ao do 4º trimestre de 2018 (2,8%), coincidindo com a variação no trimestre homólogo.

No caso do crescimento das importações a forte aceleração também ocorreu tanto nas importações de bens, para 9,7% (face a 3,4% no 4º trimestre e a 5,7% no 1º trimestre de 2018), como na importação de serviços, para 7% (compara com 6,3% e com 0,2% no 4º e 1º trimestre de 2018, respectivamente).

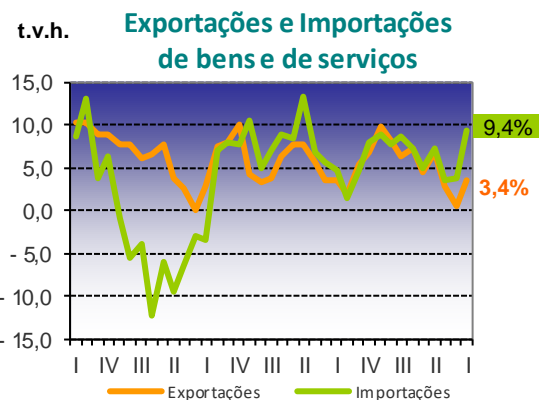


Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais 31/05/2019

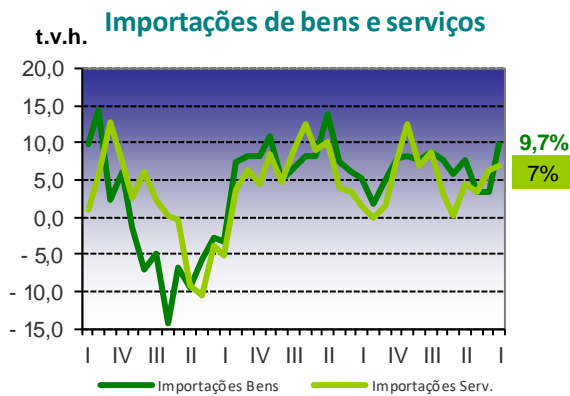
Evolução das despesas de consumo final das famílias residentes por tipo de bens



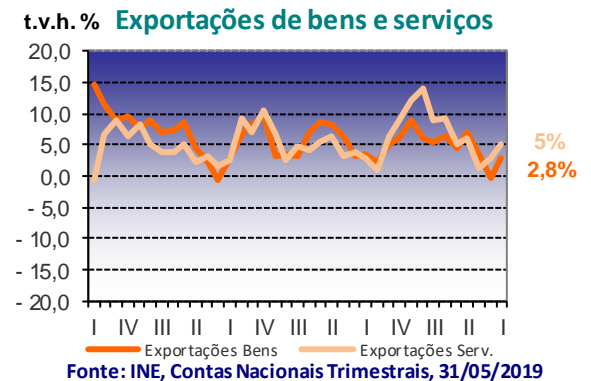
Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais, 31/05/2019



Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais, 31/05/2019



Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais, 31/05/2019



Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais, 31/05/2019

Relativamente aos termos de troca, depois das perdas registadas nos três trimestres anteriores, no primeiro trimestre de 2019 registou-se um ganho, já que o deflador das exportações desacelerou para 0,2% (foi de 1,4% no 4º trimestre do passado ano e de 1,8% no trimestre homólogo) e o deflador das importações diminuiu 0,1% (face a +2,5% no 4º trimestre de 2018 e de +0,9% no 1º trimestre de 2018).

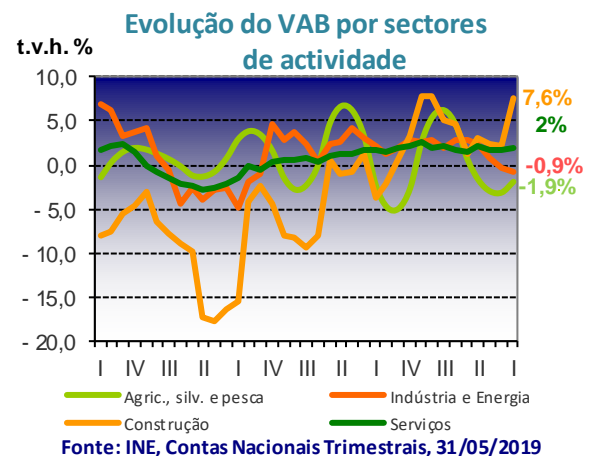
No que se refere ao Saldo Externo de Bens e Serviços, no 1º trimestre do corrente ano o saldo em termos nominais voltou a ser negativo, de -1,4% do PIB, comparando com -0,9% do PIB no 4º trimestre de 2018 e com 0,9% do PIB no trimestre homólogo.

Sectores de Actividade

No primeiro trimestre de 2019 o sector da Construção destacou-se pelo seu dinamismo, face aos restantes sectores, traduzido por um acréscimo homólogo de 7,6% no respectivo VAB, e tendo sido acompanhado com um, já referido, aumento homólogo na FBCF em Construção. Pelo contrário, o VAB da Indústria e Energia voltou a registar um decréscimo homólogo, de -0,9%, com o VAB da Indústria a registar um decréscimo homólogo de -1,1% (semelhante ao do trimestre anterior, de -1,2%, e contrastando com o crescimento homólogo de 2,3% do 1º trimestre de 2018) e a evolução do VAB da Energia (+0,2%) a praticamente estagnar (contrastando com os aumentos homólogo de 3,9% e de 5,3%, registados no 4º e no 1º trimestre de 2018, respectivamente).

No caso da Agricultura, Silvicultura e Pescas, o decréscimo homólogo de -1,9% foi menos negativo do que no trimestre anterior (de -3,1%) mas ainda distante da variação registada no trimestre homólogo (de +0,6%).

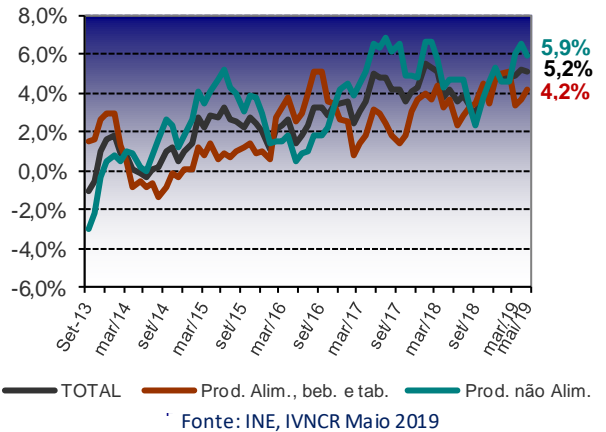
No sector dos serviços não se assinalam alterações significativas. O VAB do agregado global dos serviços cresceu em termos homólogos 2% (face a 1,8% no 4º trimestre de 2018 e a 1,5% no trimestre homólogo), reflectindo as muito ligeiras melhorias no crescimento do VAB do Comércio, Alojamento e Restauração, dos Transportes e Armazenagem e das Actividades Financeiras e de Seguros, em que estas últimas continuam a ser as menos dinâmicas do sector dos serviços, com uma variação homóloga no VAB de apenas 0,7%, no primeiro trimestre do ano (compara com -0,3% no 4º trimestre do passado ano e com 1,1% no 1º trimestre de 2018). O VAB do agregado do Comércio, Alojamento e Restauração, certamente com o contributo da componente turística, registou um aumento homólogo de 3,1% (face aos 2,7% tanto no 1º como no 4º trimestre de 2018), e o VAB do agregado residual dos Outros Serviços, cresceu em termos homólogos 1,7% (compara com 2% no 4º trimestre de 2018 e com 0,7% no 1º trimestre do passado ano).



Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais, 31/05/2019

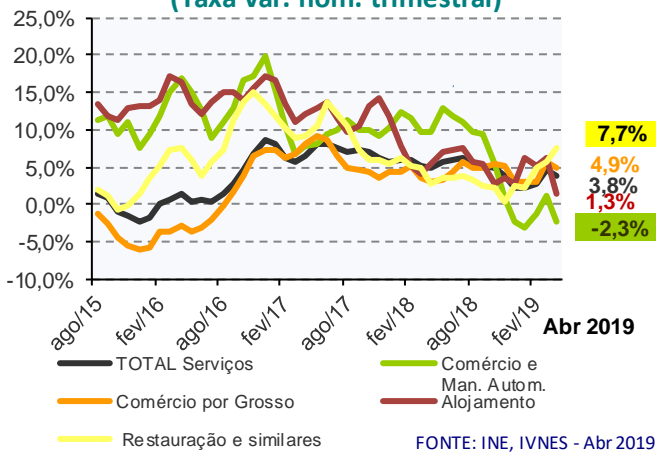
Índice de Vol. de Negócios no Comércio a Retalho - Taxa de var. homól. trim.

A evolução do índice de volume de negócios do comércio a retalho reflecte também o já referido dinamismo no sector, com um crescimento homólogo trimestral de 5,2% no trimestre terminado em Maio do ano corrente (compara com 4,9% no primeiro trimestre e com 4,2% no período homólogo). Nos meses mais recentes o retalho não alimentar revelou-se ligeiramente mais dinâmico do que o retalho alimentar, sendo de salientar em particular o dinamismo do volume de negócios do retalho “Por correspondência, Internet e outros meios”, com uma variação homóloga de 27,9% no trimestre terminado em Maio (compara com 25,1% no primeiro trimestre de 2019 e com 6,3% no trimestre terminado em Maio de 2018).

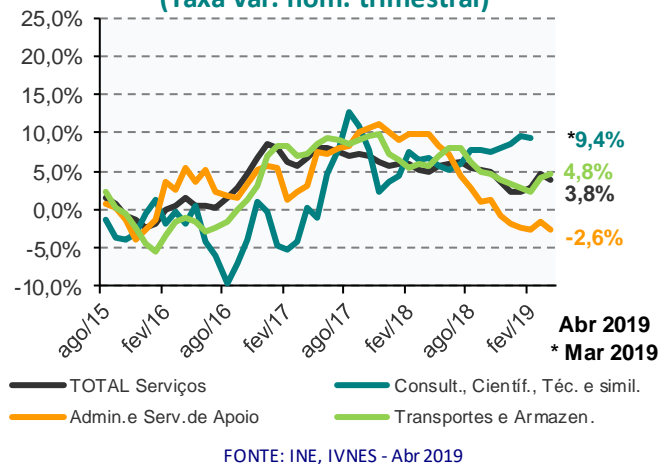


Já o mesmo não aconteceu no Comércio e manutenção Automóvel: a evolução do respectivo índice de volume de negócios iniciou uma fase descendente desde o final do ano passado, ainda não ultrapassada nos primeiros meses do corrente ano: com uma variação homóloga trimestral de 1% no 1º trimestre de 2019 e de -2,3% no trimestre terminado em Abril de 2019 (compara com 9,7% no 1º trimestre de 2018 e com 9,6% no trimestre terminado em Abril desse ano). No Comércio por Grosso a variação homóloga do índice foi de 5,7% no 1º trimestre de 2019 (compara com 3,6% no 1º trimestre de 2018) e de 4,9% no trimestre terminado em Abril do corrente ano 2019 (compara com 3% no período homólogo).

Índice de Volume de Negócios nos Serviços em algumas secções da CAE (Taxa var. hom. trimestral)



Índice de Volume de Negócios nos Serviços em algumas secções da CAE - cont. (Taxa var. hom. trimestral)



Na Restauração e similares a evolução do volume de negócios, depois alguma desaceleração nos últimos meses do passado ano, nos meses mais recentes de 2019 encontra-se já a recuperar algum dinamismo com o respectivo índice a registar um crescimento homólogo trimestral de 7,7%, no trimestre terminado em Abril do corrente ano (compara com 5,7% no 1º trimestre e com 2,8% no trimestre terminado em Abril de 2018).

Nas actividades de Alojamento a desaceleração nos primeiros meses de 2019 foi menos acentuada do que a da Restauração, com excepção do trimestre terminado em Abril em que o índice de volume de negócios cresceu apenas 1,3% (compara com 6,2% no 1º trimestre de 2019 e com 5,4% no trimestre terminado em Abril de 2018).

No 1º trimestre de 2019, as actividades no sector dos serviços a apresentarem maiores acréscimos no respectivo índice de volume de negócios foram: os transportes por água (+38,6%), as Actividades dos serviços de informação (+24,3%), a Consultoria e programação informática e actividades relacionadas (+18%) e as Actividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins (+11,8%).

Mercado de Trabalho

No 1º trimestre do ano, o mercado de trabalho em Portugal continuou a reflectir o abrandamento da economia, com o emprego a aumentar a ritmo mais moderado e a taxa de desemprego a registar um ligeiro aumento, face ao trimestre anterior.

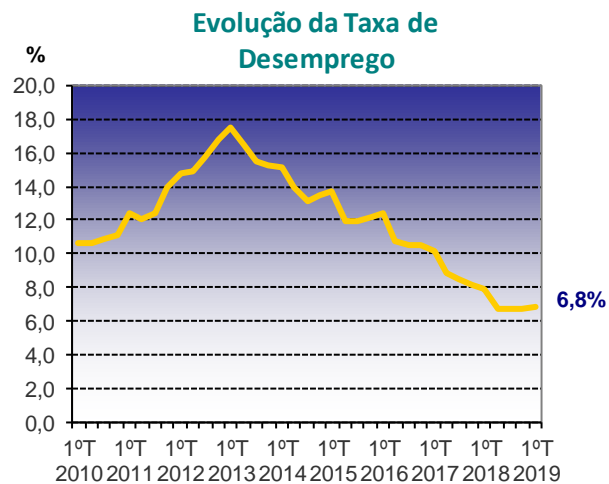
Assim, a população empregada aumentou em termos homólogos 1,5% (compara com variações homólogas de 1,6% no trimestre anterior e de 3,2% no 1º trimestre de 2018) e a taxa de desemprego, de 6,8%, aumentou 0,1 p.p. face ao trimestre anterior, mas mantendo-se abaixo dos 7,9% de taxa de desemprego no 1º trimestre de 2018. A taxa de desemprego feminino é de 7,6% e a taxa de desemprego masculino é de 6%. A população desempregada, de 353,6 mil indivíduos, diminuiu 13,8%, em termos homólogos, mas a ritmo inferior ao das reduções dos trimestres anteriores.

A taxa de subutilização do trabalho¹, estimada em 13,6%, aumentou 0,5 p.p. face à do trimestre anterior, embora mantendo-se também abaixo da estimativa para o mesmo trimestre no ano anterior (compara com 15,2% no 1º trimestre de 2018). A taxa de subutilização do trabalho feminino foi de 16,4% e a de subutilização do trabalho masculino de 10,7%.

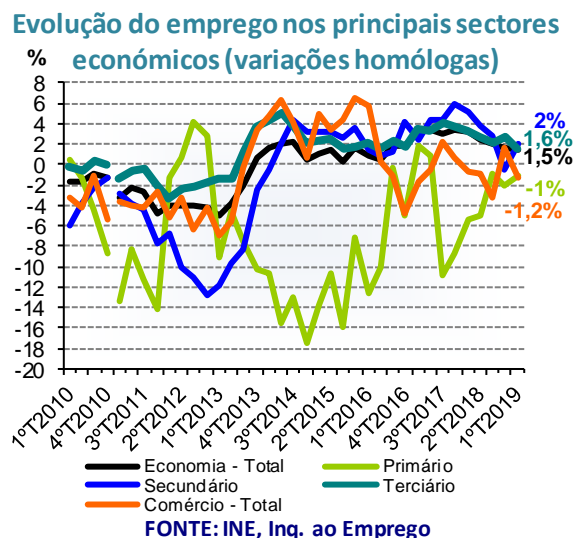
No mercado de trabalho foram também observadas situações distintas, no primeiro trimestre do corrente ano, em função das diferentes dinâmicas sectoriais. Assim, destacaram-se pelos contributos para a criação de emprego: as Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares cujo emprego aumentou em mais de 22 mil pessoas em termos homólogos (+11,4%), as Actividades de informação e de comunicação, com um acréscimo homólogo de 21 mil indivíduos (+19,1%); as indústrias transformadoras com um aumento homólogo no emprego de quase 18 mil indivíduos (+2,2%); as actividades administrativas e de apoio com mais 15,3 mil indivíduos (+10,2%), o sector da Administração pública e defesa e Segurança social obrigatória, com um aumento homólogo de mais de 12 mil indivíduos (+4%); e o sector da Educação com mais 11 mil pessoas (+2,6%). No conjunto do agregado de todas as actividades de serviços, o acréscimo homólogo no emprego ascendeu a cerca de 53 mil pessoas (+1,6%).

Do lado negativo, destacaram-se pelos decréscimos no emprego no primeiro trimestre do ano: as Actividades financeiras e de seguros, e as Actividades de Alojamento, restauração e similares, ambos os grupos com uma quebra de quase 16 mil indivíduos cada, representando decréscimos homólogos de -13,5% e de -5%, respectivamente. Destacou-se também negativamente o decréscimo homólogo observado no emprego das actividades do comércio, em quase 9 mil pessoas (-1,2%), tendo designadamente as actividades do comércio retalhista voltado à trajectória descendente que tinha interrompido no último trimestre do passado ano, com menos 8,3 mil indivíduos. O sector das Actividades de saúde humana e apoio social também sofreram um decréscimo homólogo de 8,6 mil indivíduos (-1,9%) e o sector das actividades da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, apresentou uma quebra de 3 mil indivíduos (-1%).

No caso do comércio refira-se ainda que o decréscimo homólogo observado no volume de emprego, resultou não só do comércio retalhista, mas também do comércio grossista, que se reduziu em 8 mil indivíduos (-5,1%). O ramo do comércio e manutenção automóvel foi o único no comércio a apresentar uma evolução positiva no emprego, com +7,4 mil indivíduos (+6,6%).



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego 1ºT 2019



FONTE: INE, Inq. ao Emprego

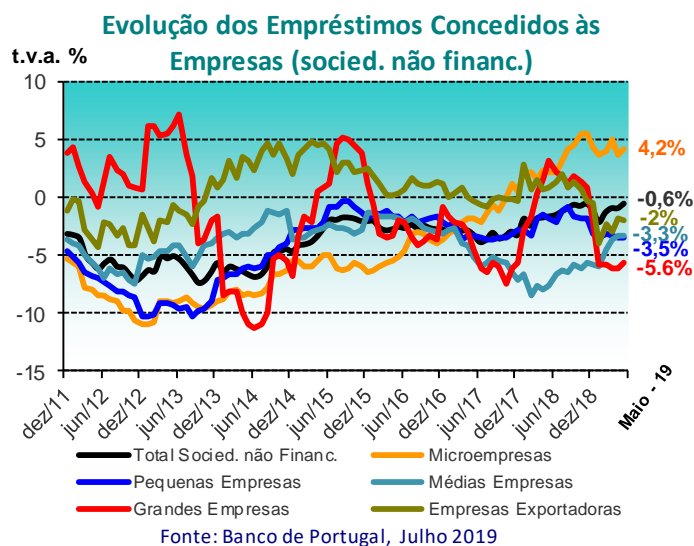
¹ A que, medida em proporção da população activa alargada, para além dos desempregados, tem em conta os inactivos “desencorajados”, que estão disponíveis para trabalhar, mas não fazem diligências para encontrar trabalho, os inactivos que procuram trabalho mas que estão indisponíveis, bem como os que trabalham a tempo parcial, mas pretendiam trabalhar mais tempo.

Financiamento das empresas

Os primeiros meses de 2019 não alteraram a tendência descendente que caracterizou o endividamento total das empresas privadas não financeiras, em Portugal ao longo de 2018. Em Março último a dívida total das empresas privadas correspondia a 127,4% do PIB, abaixo dos quase 134% que atingia um ano antes. Por outro lado, por tipo de financiador, manteve-se a tendência crescente do endividamento junto do exterior, o qual em Abril de 2019 representava já 26,1% do total da dívida das empresas (compara com 23,8% em Abril de 2018). Apesar disso, o financiamento das empresas continua a suportar-se fortemente no sistema financeiro, o qual financia cerca de 40% da dívida total das empresas, as quais são ainda muito dependentes do crédito bancário. Essa situação é tanto mais acentuada quanto menor a dimensão das empresas, sendo essa a situação dominante nas PME.

Do lado do sistema bancário português, mantêm-se ainda restrições à expansão do crédito, condicionando o acesso das empresas à obtenção de crédito, particularmente em áreas de negócio com risco de mercado mais elevado.

Em termos globais, a evolução dos empréstimos concedidos às empresas manteve-se ainda negativa, embora a decrescer menos acentuadamente: em Maio do corrente ano a variação homóloga anualizada foi de -0,6% (compara com -1,7% em Maio de 2018). Por outro lado, no mesmo período, o segmento das microempresas continuou a ser o único em que se regista um acréscimo nos empréstimos, de 4,2%, a que não serão alheias as linhas de financiamento em curso no âmbito dos programas de apoio do Portugal 2020. Nos segmentos das pequenas, das médias e das grandes empresas, pelo contrário, a evolução dos empréstimos concedidos mantém-se bastante negativa: de -3,5%, -3,3% e -5,6%, respectivamente. No segmento das empresas exportadoras os empréstimos concedidos reduziram-se 2%.



Por outro lado, nos primeiros meses de 2019, em alguns dos segmentos de empresas, assistiu-se ainda a uma ligeira deterioração de alguns indicadores do crédito.

No que se refere à capacidade de cumprimento das obrigações financeiras por parte das empresas, em termos globais o rácio de crédito vencido no total do crédito, para o conjunto das sociedades não financeiras, estabilizou nos últimos 3 meses em torno dos 9% (em Maio de 2019) e a percentagem de devedores com crédito vencido estabilizou em torno dos 21% (21,2% em Maio). No caso das microempresas a percentagem de crédito vencido no total do crédito, sendo das mais elevadas em comparação aos segmentos de empresas com maior dimensão, continuou a reduzir-se, ascendendo a 14,7% em Maio (era de 21,8% em Maio de 2018 e de 16,2% em Janeiro do corrente ano), e a percentagem de devedores com crédito vencido estabilizou nos meses de Janeiro a Maio em torno dos 22% (21,7% em Maio). No caso dos segmentos das empresas de pequena dimensão e de média dimensão, o crédito vencido no total do crédito nos mesmos 5 meses estabilizou em 8,6% e em 3,7%, respectivamente, do mesmo modo que estabilizou a percentagem de devedores com crédito vencido em torno dos 20% e dos 18,5%, respectivamente. No caso do segmento das grandes empresas o rácio do crédito vencido no total do crédito aumentou para 5,9% (era de 3,4% em Maio de 2018 e de 5% em Janeiro de 2019) e a percentagem de devedores com crédito vencido ascendeu a 10,1% em Maio, sem alterações significativas.

Finalmente, de acordo com os resultados do Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito em Portugal, de Abril do corrente ano, realizado pelo Banco de Portugal, e referente ao 1º trimestre de 2019, “os critérios de concessão de crédito e os termos e condições gerais aplicados nos empréstimos a empresas permaneceram (no 1º trimestre do ano), de um modo geral, praticamente inalterados face ao trimestre anterior”.

Relativamente à procura de crédito por parte das empresas, os resultados referem que permaneceu igualmente inalterada. Em termos prospectivos, para o segundo trimestre de 2019, os bancos inquiridos continuaram globalmente a não antecipar alterações significativas nem nos critérios de aprovação de crédito a empresas, nem na procura de empréstimos por parte das mesmas.

Evolução das contas públicas

A execução das contas públicas no período entre Janeiro e Maio de 2019 traduziram-se por um saldo orçamental deficitário de 637,3 milhões de euros (cerca de 1573 milhões de euros menos negativo do que no período homólogo) e num saldo primário de 3000,6 milhões de euros (superior em 1484,5 milhões de euros, face ao registado em Maio de 2018), traduzindo uma evolução mais favorável do que a executada em igual período do ano anterior. Esta evolução favorável vem associada a uma fase de crescimento do ciclo económico, ainda que moderado, favorecendo o acréscimo da receita fiscal e das contribuições sociais e a redução do pagamento das prestações sociais relacionadas com o desemprego, em fase descendente.

A evolução favorável do défice orçamental, nos cinco primeiros meses do ano, por comparação com a execução das contas públicas no período homólogo, decorre de um aumento da receita efectiva (+6,5%) muito superior ao da despesa (+1,2%). No entanto, se compararmos com o que fora previsto no Orçamento de Estado para 2019 (OE2019) os desvios não foram tão favoráveis já que se, por um lado, a receita ficou 5,4% acima do orçamentado, também a despesa efectiva ficou 6,4% acima do orçamentado.

Do lado da evolução das receitas assinala-se o aumento de 5,3% na receita fiscal, 2,9% acima do previsto no OE2019, com um forte contributo do acréscimo de 10,3% verificado nos impostos indirectos (+1123,5 milhões de euros do que no igual período de 2018), 2,9% acima do previsto no OE2019, e que em parte compensou a redução de 4,9% observada nos impostos directos (-260,6 milhões de euros do que no período homólogo), ainda que tenham ficado 1,8% acima do orçamentado. Assinala-se igualmente o aumento de 8,6% verificado nas contribuições para a segurança social (+550 milhões de euros do que em 2018), 4,9% acima do orçamentado. O Acréscimo de 167,2 milhões de euros nas receitas correntes decorreram do aumento de dividendos distribuídos pelo Banco de Portugal.

Do lado da despesa destaca-se o aumento de 2,8% da despesa com transferências correntes (+388 milhões de euros do que no período homólogo de 2018), 3,8% acima do orçamentado, e em grande parte associado ao acréscimo da despesa com pensões enquadradas no âmbito do regime geral de Segurança Social (+295,8 milhões de euros face a 2018) e com a contribuição financeira para a União Europeia (+123,2 milhões de euros, face a 2018). Assinala-se também o aumento de 4,3% das despesas com pessoal (+320,6 milhões de euros), 2,2% acima do orçamentado, justificado pela DGO com a política de promoção salarial das AP.

No sentido contrário, destaca-se o decréscimo de -5% verificado na despesa em Aquisição de bens e serviços (-239 milhões de euros, face a 2018) que, apesar disso ficou 6,6% acima do orçamentado, em grande parte explicado pela aplicação do reforço do capital estatutário realizado pelo Estado, no pagamento de dívidas vencidas por parte de entidades do Serviço Nacional de Saúde e ao efeito de base das mesmas operações em 2018.

As despesas com juros e encargos apresentou também uma redução homóloga de 2,4% (-88 milhões de euros face a 2018), e 4,5% abaixo do orçamentado.

A redução do défice das AP face ao executado em 2018, em 1572,7 milhões de euros, resultou de um excedente nos Serviços e Fundos Autónomos (uma melhoria de 1012,2 milhões de euros, face ao défice de Maio de 2018), de um menor défice do Estado (513,9 milhões de euros abaixo do défice no período homólogo), de um excedente superior nas contas da Segurança Social (um acréscimo de 336,4 milhões de euros), melhorias parcialmente eliminadas pelo menor excedente das contas da Administração Regional Local (um retrocesso de 289,8 milhões de euros).

No que se refere aos pagamentos em atraso das entidades públicas, até final de Maio de 2019 ascendiam a 857,8 milhões de euros, 112,3 milhões de euros abaixo do valor registado entre Janeiro e Maio de 2018, com o importante contributo da redução verificada até Maio do corrente ano, nos pagamentos em atraso por parte dos Hospitais EPE (-78,3 milhões de euros) e por parte da Administração local (-37 milhões de euros).

Na óptica da Contabilidade Nacional, o saldo global das Administrações Públicas no ano terminado no primeiro trimestre de 2019 foi de -247,2 milhões de euros, correspondente a um saldo de -0,1% do PIB (compara com -0,7% do PIB em 2018).

Quadro 1

Projeções do Banco de Portugal: 2019-2021

(Taxa de variação anual, em percentagem)

	% do PIB 2018	BE junho 2019				BE março 2019			
		2018	2019 ^(p)	2020 ^(p)	2021 ^(p)	2018	2019 ^(p)	2020 ^(p)	2021 ^(p)
Produto Interno Bruto	100	2,1	1,7	1,6	1,6	2,1	1,7	1,7	1,6
Consumo privado	65	2,5	2,6	2,0	1,7	2,5	2,7	1,9	1,6
Consumo público	17	0,8	0,5	0,5	0,5	0,8	0,3	0,2	0,2
Formação bruta de capital fixo	17	4,4	8,7	5,8	5,5	4,4	6,8	5,8	5,2
Procura interna	100	2,8	3,5	2,3	2,2	2,7	3,0	2,3	2,0
Exportações	44	3,6	4,5	3,1	3,4	3,7	3,8	3,7	3,6
Importações	43	4,9	8,0	4,3	4,4	4,9	6,3	4,7	4,1
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em pp) ^(a)									
Procura interna		1,3	1,3	1,1	1,0	1,3	1,3	1,1	1,0
Exportações		0,8	0,4	0,5	0,5	0,8	0,4	0,6	0,7
Emprego ^(b)		2,3	1,3	0,8	0,4	2,3	1,5	0,9	0,4
Taxa de desemprego		7,0	6,3	5,7	5,3	7,0	6,1	5,5	5,2
Balança corrente e de capital (% PIB)		0,4	0,1	0,2	0,2	0,4	0,6	0,6	0,9
Balança de bens e serviços (% PIB)		1,0	-0,5	-0,7	-1,1	1,0	0,2	-0,2	-0,4
Índice harmonizado de preços no consumidor		1,2	0,9	1,2	1,3	1,2	0,8	1,2	1,3

Fontes: Banco de Portugal e INE. | Notas: (p) – projetado. pp – pontos percentuais. Para cada agregado apresenta-se a projeção correspondente ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas. (a) Os agregados da procura em termos líquidos de importações são obtidos deduzindo uma estimativa das importações necessárias para satisfazer cada componente. O cálculo dos conteúdos importados foi feito com base em informação relativa ao ano de 2015. Para mais informações, ver a caixa “Atualização dos conteúdos importados da procura global para a economia portuguesa” do *Boletim Económico* de março de 2019. Eventuais diferenças entre a taxa de crescimento do PIB e a soma dos contributos devem-se a arredondamentos. (b) Emprego total em número de indivíduos de acordo com o conceito de Contas Nacionais.

Quadro 2

Economia Portuguesa

Quadro Síntese

Taxas de variação homólogas (em volume, quando aplicável)

Indicadores	1º Trimestre 2019		1º Trimestre * 2018		
PIB (Produto Interno Bruto)	1.8		2.3	(2.1)	
VAB agricultura	-1.9		0.6	(3.4)	
VAB indústria e energia	-0.9		2.8	(1.6)	
VAB construção	7.6		1.3	(0.8)	
VAB serviços	2.0		1.5	(1.2)	
Índices de Volume de Negócios	Trimestre terminado em:		Trimestre terminado em:		
- na Indústria	Mar 2019	Abr 2019	Mar 2018	Abr 2018	Mar 2018
	0.5	-0.4	3.6	6.5	(3.3)
- no Comércio a Retalho (exclui o sector automóvel)	Mar 2019	Abr 2019	Mar 2018	Abr 2018	Mar 2018
	4.9	5.2	5.1	3.8	(5.1)
- nos Serviços	Mar 2019	Abr 2019	Mar 2018	Abr 2018	Mar 2018
	4.7	3.8	5.3	4.8	(5.3)
Procura Interna	4.7		2.5	(2.5)	
Investimento (FBC)	17.8		5.4	(6.6)	
Consumo das Famílias	2.5		2.3	(2.1)	
IPC	Mar 2019	Mai 2019	Mar 2018	Mai 2018	Mar 2018
- Variação homóloga (mensal)	0.85	0.42	0.69	1.04	(0.69)
- Variação média dos últ. 12 meses	0.99	0.97	1.21	1.04	(1.21)
Exportações	3.4		4.5	(4.6)	
- Bens	2.8		4.4	(4.4)	
- Serviços	5		5	(5.3)	
Importações	9.4		5	(5.4)	
- Bens	9.7		5.7	(6.2)	
- Serviços	7		0.2	(-0.1)	
Desemprego (Taxa de)	6,8%		7,9%	(7,9%)	
Taxa de Juro de empréstimos a sociedades não financeiras (em %, média ponderada)	Mar 2019	Mai 2019	Mar 2018	Mai 2018	Mar 2018
	2.29%	2.25%	2.41%	2.47%	2.41%

* Os valores entre parêntesis correspondem aos números disponibilizados quando da preparação do número deste boletim referente ao 1º trimestre de 2018, alguns deles entretanto revistos pelo INE.

– CONJUNTURA ECONÓMICA –

1º Trimestre 2019

GABINETE DE ESTUDOS E PROJECTOS DA

CONFEDERAÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PORTUGAL



CCP

CONFEDERAÇÃO
DO COMÉRCIO E SERVIÇOS
PORTUGAL

**Av. DOM VASCO DA GAMA Nº 29
1449-032 LISBOA**